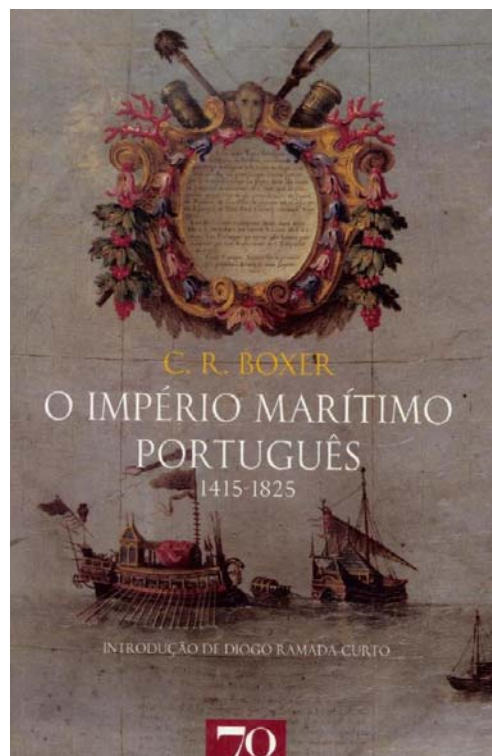


O Império Marítimo Português 1415-1825

Mário Beja Santos¹, beja.santos@dg.consumidor.pt

Pela visão de conjunto, pela profundidade e argúcia da investigação, “O Império Marítimo Português” é um documento imprescindível na história da expansão portuguesa e é reconhecido por muitos especialistas como a mais importante investigação feita por um historiador estrangeiro sobre a época áurea dos Descobrimentos (reimpressão de Edições 70, 2012). O autor foi Charles Ralph Boxer (1904-2000), professor de Estudos Camonianos e de Português no King’s College, em Londres e publicou várias obras sobre Portugal, especialmente sobre os feitos dos portugueses na China e no Japão nos séculos XVI e XVII e sobre as rivalidades luso-holandesas no Extremo Oriente. Do autor a Edições 70 publicou *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII* e *A Igreja e a Expansão Ibérica*.



Quando este livro notável foi publicado, em 1969, a reação dos historiadores do regime de Salazar foi imediata, protestativa, a documentação tinha tais implicações políticas nas análises históricas propostas, designadamente desfazendo o mito da multirracialidade e de que a fé era muito superior ao ideal da conquista. O livro de Boxer só viria a ser traduzido depois do 25 de Abril. No estudo que acompanha esta edição, assinado por Diogo Ramada Curto, percebe-se facilmente os termos e a densidade da controvérsia que o livro causou entre os ideólogos do regime. Note-se que em obra anterior, datada de 1963 e intitulada *As Relações Raciais no Império Colonial 1415-1825*, Boxer demonstrava a existência de modos de discriminação racial. Lembre-se, a tal propósito, que tais ideólogos bem como a cúpula do regime consideravam que o

¹ Técnico Superior da Direcção-Geral do Consumidor, Professor do Ensino Superior, autor de livros e artigos nas áreas das políticas de consumidores e qualidade de vida.

processo de descolonização não se aplicava a Portugal dado o carácter singular da presença ultramarina dos portugueses, escudavam-se no luso-tropicalismo, nos cinco séculos de missão civilizadora e da comprovada descentralização. Este livro põe todas essas teses em causa sem contestar que este “mundo que os Portugueses criaram” foi o exemplo acabado da tenacidade de um povo que conseguiu opor-se e sobreviver a múltiplos choques com inimigos muitíssimo mais poderosos. Se ilusões da propaganda ainda subsistissem, Boxer lembrou que a Coroa detinha o monopólio da importação de ouro, escravos, especiarias e marfim, bem como da exportação de cavalos, tapeçarias, têxteis, cabedal, etc. Era um monopólio fictício, havia os contratos de cedência a particulares bem como uma dependência de produtos estrangeiros.

Na primeira parte do seu trabalho, assistimos à dinâmica da formação e declínio do Império, o ouro da Guiné, sem o qual o sonho do Infante D. Henrique não se teria consumado e muito menos as expedições à ordem de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I. É um tempo em que se procura o presto João, as rotas de ouro e se desenvolve com sucesso o comércio de escravos. Como escreve Boxer: «Depois de 1442, o desenvolvimento do comércio de escravos ajudou a financiar os custos das viagens portuguesas ao longo da costa ocidental africana. Os escravos provinham, originariamente, dos ataques aos acampamentos tuaregues do litoral sariano e, posteriormente, às aldeias negras da região senegalesa. Estes ataques, dirigidos muitas vezes contra grupos de famílias desarmadas ou contra aldeias indefesas, eram descritos pelo cronista da corte, Gomes Eanes de Zurara, como feitos de heroicidade cavaleiresca, comparáveis aos realizados nos campos de batalha europeus». Segue-se a descrição da navegação e comércio das especiarias nos mares da Ásia, o comércio de escravos e de açúcar no Atlântico Sul, a luta sem quartel contra os holandeses, a contração imperial, designadamente no Oriente, o renascimento imperial no Brasil, as consequências da ditadura pombalina. É na segunda parte que vem a matéria que os nacionalistas portugueses rejeitaram, coléricos. Não a descrição da carreira das índias, aliás uma abordagem sobre a tenacidade e o brio dos portugueses; o olhar de Boxer sobre as missões católicas deixa claro que houve êxitos em Cabo Verde, S. Tomé e Angola e no padroado do Oriente, o resto é uma história de desaires e de incapacidade de confrontação com o Islão ou revela a falta de profundidade territorial que tinha a nossa ocupação imperial. A seguir vem o rebuliço: os insucessos da política antiracista de Pombal; a não admissão de nativos e mestiços nos estabelecimentos religiosos da

Companhia de Jesus, procedimento adotado por outras ordens religiosas. E escreve Boxer: «Se a discriminação racial era omnipresente numa Igreja que pregava ostensivamente a fraternidade entre todos os crentes cristãos, esta discriminação era ainda mais evidente nas outras profissões. Encontramo-la nas forças armadas, na administração municipal e nas corporações dos artífices. A sua existência pode também detetar-se nas regras e regulamentações que regiam a admissão às três ordens militares». E quanto à escravatura: «Tanto teólogos como leigos estavam convencidos de que a escravatura era autorizada pela Sagrada Escritura. Além disso, os modernos escritores portugueses e brasileiros que afirmam que os seus antepassados nunca tiveram qualquer sentimento de preconceito ou a discriminação racial contra os negros africanos, ignoram o facto evidente de que uma raça não pode escravizar sistematicamente membros de outra, em larga escala, durante mais de 300 anos sem adquirir, ao longo deste processo, um sentimento consciente ou inconsciente de superioridade racial». Mais adiante, Boxer descreve a depravação sexual dos soldados e colonos da Ásia portuguesa: um artesão euro-asiático ou europeu comum podia ter 15 ou 20 escravas; e dizia-se que no século XVII um ferreiro mulato de Goa tinha 26 mulheres e raparigas. Cidadãos e funcionários abastados tinham frequentemente entre 50 e 100 escravos domésticos e as senhoras ricas tinham às vezes mais de 300. Este número de escravos domésticos era mantido para dar estatuto e prestígio social aos proprietários, tanto em África e na América do Sul como na Ásia.

A sociedade colonial portuguesa assentava num conjunto de categorias: a Coroa e os seus representantes; a Igreja e as ordens religiosas; os adjudicatários e rendeiros dos numerosos monopólios da coroa; os comerciantes e mercadores privados que durante séculos foram identificados em grande parte com os odiados e desprezados cristãos novos. Havia, como é evidente, promoções e despromoções. No século XVIII fez-se uma distinção entre homens de negócios e os mercadores e comerciantes vulgares que viviam nas suas lojas. Os comerciantes que eram cristãos velhos, tudo faziam para dar a publicidade à sua pureza de sangue, e Boxer elenca um conjunto de grandes negociantes que se albergavam nos navios britânicos para fugir à sanha da Inquisição.

O historiador J. H. Plumb, que escreve a introdução a este livro de Boxer, diz na abertura: «O Império Português é um dos maiores enigmas da história. A qualidade de sobrevivência não foi a única característica estranha do império marítimo português. De facto este Império coloca uma série de questões embaraçosas ao historiador. Por que

razão esta nação pequena, bastante pobre e culturalmente atrasada, foi tão espantosamente bem sucedida nesse grande século de empreendimentos que começou por volta de 1440? E por que razão se tornou este êxito uma pálida sombra de si mesmo no curto espaço de 50 anos?». No final do seu memorável documento, parece que Boxer lhe quer responder: «A certeza de que Deus estava do seu lado e de que podia intervir e intervinha diretamente a seu favor, foi sem dúvida um facto importante na conquista e manutenção de Ceuta, tal como nas viagens de descobrimentos e conquistas que se lhe seguiram. Quando a crença de que eram o povo escolhido por Deus para a expansão da fé foi reforçada pela popularização da lenda de Ourique e pelas correntes sebastianistas e messiânicas, o resultado foi um nacionalismo de duração e firmeza excepcionais».